

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura

Ata da 32.^a Sessão Ordinária

Realizada em 30 de abril de 1971 — (Sexta-feira)

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinatti, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciaro Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva (46); achando-se ausente o sr. deputado Jorge Sato.

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, irriciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Casa um voto de regozijo pela passagem, nesta data, do 60.^o aniversário de fundação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Curitiba.

Justo é que se saliente, senhor Presidente, a benemerência do trabalho anônimo, silencioso mas valoroso, dessa nobre classe, a quem tanto deve, por sua decisiva e qualificada colaboração, a difusão escrita de nosso Estado.

E deseje o signatário esclarecer que o cumpre com a mais sincera decisão, pois é ligado em sua admiração aos gráficos, por laços de caráter sen-

timental, dado ao fato de seu progenitor, quando moço, haver abraçado esta profissão.

Solicita ao mesmo tempo, seja endereçado ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Curitiba, à rua Alfredo Bufren 51, nesta Capital respeitosos cumprimentos pela grande efeméride, os votos mais sinceros para que continue, como até o presente, representando condignamente seus valorosos associados.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1971.

(a) — **Xenofonte Villanueva**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Considerando o município de Cianorte, atualmente com 80.000 habitantes, e uma população escolar superior a 10.000 alunos, contar com um colégio estadual pèssimamente instalado, com classes em prédios diferentes em vários pontos da cidade, o que é prejudicial à sua administração, aos professores e, principalmente, aos seus 3.000 alunos;

Considerando que as obras do novo colégio estão se prolongando por mais de 6 anos, e a cada ano que passa o projeto inicial torna-se obsoleto e com capacidade insuficiente, obras essas que vão se deteriorando, como já é do conhecimento do senhor doutor Cassio de Bittencourt Macedo, em sua recente visita de inspeção a obras do Estado — incluído Cianorte —, com quem, nesta oportunidade, congratulo-me pelo interesse demonstrado na solução de problemas afetos à sua Secretaria;

Considerando finalmente, que a conclusão do Colégio Estadual de Cianorte, será a grande conquista da laboriosa classe estudantil não só do município, mas de uma vasta e próspera região, REQUER, seja oficiado ao titular da Secretaria de Viação e Obras Públicas, no sentido de incluir no plano prioritário de obras, a conclusão do referido estabelecimento.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1971.

(a) — **Ovídio Franzoni**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado ao excelentíssimo senhor Presidente da República, um ofício, "apelando para que venha a ser indicado um nome vinculado à economia paranaense para o preenchimento da Diretoria da 6.ª Região da Carteira de Crédito Geral e Rural do Banco do Brasil S.A., tendo em vista a designação de seu atual titular, dr. Jorge Badot de Miranda, para a Presidência do Banco da Amazônia".

Requer, ainda, sejam enviadas cópias dêste ofício aos senhores Presidente do Banco do Brasil, Ministro da Fazenda, Presidente da Associação Comercial do Paraná, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná e Presidente da Federação da Agricultura dêste Estado, bem como "telex" aos excelentíssimos senhores Presidente da República, Ministro da Fazenda e Presidente do Banco do Brasil.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1971.

(a) — **Sebastião Rodrigues**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, de acôrdo com o § 3.º, do art. 194 do Regimento Interno, vem solicitar de Vossa Excelência a justificativa de suas faltas às sessões dos dias 19 e 26, que viajou ao município de Telêmaco Borba, a fim de tratar de assuntos médico-sanitários.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1971.

(a) — **David Federmann**

PROJETOD E LEI:

Projeto de Lei n 52-71

A Assembléia Legislativa do estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica proibida a venda de bebidas alcoólicas, de qualquer espécie, na margem das rodovias estaduais.

Art. 2.º — O estabelecimento comercial que deixar de dar obediência a esta lei, estará sujeito à cassação de seu "alvará de licença".

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1971.

(a) **Antônio Belinati**

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei ora apresentado, visa diminuir o índice de acidentes nas rodovias estaduais, pois o consumo de bebidas alcoólicas por aqueles que estão viajando, levam, às vezes, a consequências fatais.

Alguns motoristas exageram no consumo de bebidas, causando acidentes que têm tirado a vida, inclusive, de pessoas inocentes. Famílias são acidentadas pela imprudência e pela irresponsabilidade daqueles que não sabem se controlar, ingerindo grande dosagem de bebida alcoólica. Entendemos que a proibição da comercialização desse produto na beira das estradas, evitará muitos acidentes e, conseqüentemente, que lares sejam enlutados"

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente

Passa ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Tenho a máxima satisfação de anunciar hoje um importante trabalho a ser desenvolvido, dentro de alguns dias, pelo ministro de Educação, sr. Jarbas Passarinho.

Este Ministro parece que resolveu pôr as mãos, realmente, nos problemas "duros" da educação do Brasil. E o mais recente e quero anunciar agora, é a solução do problema do livro didático. Não é uma denúncia que faço, porque isso já foi divulgado e conhecido em todo o Brasil. A lucrativa indústria do livro didático, parece que quer gargalhar diante da miséria de muita gente diante da miséria de muito estudante pobre. Como professor que fui, professor de matemática, por muitos anos, quero dizer que tive a grande satisfação de seguir os meus professores, que não usam livro eu, que entrava na sala apenas com o giz da mão, porque era assim que os alunos aprendiam. No entanto, o que se observa por aí afora, professores, não sei se incompetentes, que utilizam o livro de matemática tal: mas acontece que às vezes não têm conhecimento do próprio livro. Uma família, por exemplo, que tem duas filhas no mesmo colégio, com professores diferentes; não pode este chefe da família comprar o mesmo livro para as duas filhas. Uma professora exigia um livro, a outra exigia outro.

A história é uma só, a geografia é uma só, as ciências físicas e naturais são uma só, não interessa o autor do livro, todos têm o mesmo uso. No entanto, exigem que todos os alunos devem adquirir novos livros, sempre mais caros e mais difíceis. Uma família com vários filhos que não trabalham, os livros utilizados não podem ser os usados pelo seu irmão, no ano anterior. Mas isso parece que vai acabar com a medida noticiada pelo Ministro da Educação, sr. Jarbas Passarinho, a respeito do livro didático. Mas é sobre isso que pretendo encaminhar, dentro de alguns dias, a minha sugestão, criando uma forma mais prática em relação dos livros porque pelo que vejo, e pelo que sinto, em vários colégios viu-se utilizar esses livros, mas a incompetência de certas professoras, que não querem saber

se o aluno é pobre ou não, exigem inclusive que os cadernos sejam encapados com plástico xadrês, plástico azul, plástico verde e os alunos têm que comprar plásticos caros para poderem encapar seus livros e outras coisas mais. Os uniformes são caríssimos. Na realidade nós temos que fomentar o ensino barateando os livros didáticos, uniformizando os alunos. Mas que esses livros possam ser utilizados 4, 5 anos por vários irmãos da mesma família, para que o livro seja mais eficiente, mais compreendido; e, além disso, é preciso que o aluno exercite, não precise de livros, e isso depende exclusivamente da competência e da dedicação de seus mestres.

É motivo de grande satisfação para todos aqueles que se interessam pela educação deste País. É a melhor medida a ser tomada pelo sr. Ministro de Educação, e aqui, dentro de dias, através de sugestão, oferecerei um trabalho a respeito.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados. Quando me inscrevi na data de ontem, para usar a palavra neste Pequeno Expediente, tinha a intenção de fazê-lo comentando um assunto da mais alta importância, ou seja, a Lei Orgânica dos Municípios, cuja comissão foi instalada ontem.

Entretanto, um fato acabrunhador, negro e entristecedor, trouxe-me a esta tribuna nesta data, para trazer ao conhecimento da Casa e ao conhecimento do Paraná o que ocorre hoje na estrutura da Fundação Educacional do Estado do Paraná.

Há alguns dias fui procurado por humildes funcionários daquela instituição que trouxeram ao meu conhecimento as ameaças que estavam sofrendo, de demissão em massa, sem justificativa maior. Diante da atrocidade e da monstruosidade do boato — entendi que era apenas um boato — entretanto na data de ontem, infelizmente, o boato tornou-se realidade, e 22 humildes funcionários, dos mais antigos e eficiente daquela casa, foram chamados pela atual direção da Fundepar e, sem clemência, exonerados.

Acredito que o governador Haroldo Leon Peres não tenha conhecimento deste fato, e venho a esta tribuna para alertar a liderança do Governo, para alertar S. Exa. o Governador sobre estes fatos que estão ocorrendo na infra-estrutura e nos porões do seu Governo.

Não sei se devo atribuir a ocorrência da Fundepar à represália política, contra a minha posição dentro desta Casa. Mas, qualquer que seja a razão, a monstruosidade aí testá.

Aqui venho para fazer um apêlo, para pedir ao Governo do Estado, para solicitar à liderança da Bancada da Arena e do Governo, que não permita, que não deixe que esta injustiça que se afigura clamorosa, venha a se concretizar. Não acredito que a razão da exoneração que, segundo se diz, será de 34 funcionários, seja a falta de recursos. Porque no final do ano passado, foram nomeados funcionários para a Fundepar e, alguns deles, vinculados por laços de parentesco: primos e irmãos da atual Diretoria Administrativa da Fundepar que, naquela ocasião, era assessora de economia e deveria, portanto, informar sobre a possibilidade financeira do órgão para sustentar o pagamento desses funcionários. Hoje demite 22 funcionários; amanhã esta soma será elevada a 34, sob o pretexto quem sabe de insuficiência de recursos. Mas ontem foram nomeados parentes.

Um caso que não deseja, nesta oportunidade trazer ao conhecimento da Casa, mas, um alto funcionário da Fundepar, um Diretor que exerceu por muito tempo com honradez e com dignidade o seu cargo, desde a fundação da Fundação Educacional do Estado do Paraná, saiu recentemente e, para

sair, houve uma transação entre este homem, a atual Diretoria e a Secretaria de Educação. Transação que envolve recursos em alta soma; recursos que dariam para pagar durante um exercício, o vencimento de motoristas, de serventes, dos trinta e quatro humildes funcionários que estão ameaçados de irem para o olho da rua.

Venho denunciar e fazer um alerta, e deixo a esta Casa também o meu alerta pessoal de que, se esta injustiça se concretizar, irei às últimas consequências, denunciando ao Governo Federal, aos órgãos de segurança nacional, o clima de perseguição, o clima de verdadeiro terrorismo que se faz hoje contra humildes funcionários, porque tiveram a hombridade de tomar, quem sabe, uma posição política ao lado de um candidato que era eu, que não tinha, como não tenho hoje, as boas graças da atual Diretoria da FUNDEPAR. Estes homens ficaram ao meu lado e hoje estão sentindo em sua carne e perseguição mais atroz, as ameaças mais clamorosas, como se vivêssemos num país que não tem lei e não tem justiça.

Repito e digo para que pescadores de águas turvas não venham fazer pic-nic- à sombra de meu cavalo.

Acredito que o governador Haroldo Leon Peres não tenha conhecimento deste fato, mas terá agora, e se esta injustiça se concretizar, S. Exa. será também responsável, porque a Fundação é de direito público e o Estado tem o dever de não permitir que esta injustiça seja concretizada. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Wilson Brandão.

O SR. WILSON BRANDÃO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O nosso silêncio e o nosso pensamento às vezes com o passado, têm sido motivo de crítica. Hoje lemos que o jornal "O Estado do Paraná" já desencadeou uma campanha contra Deputados desta Casa, e as notas são feitas por um jornalista que lamentavelmente tem acesso a esta Casa, é funcionário desta Casa, ganha e sobrevive com o dinheiro do povo.

Quero dizer aos nobres Deputados que, quando pleiteamos este cargo de Deputado, não viemos por interesse próprio, por interesse pessoal, mas por interesse público, e aqui estamos.

Tive a dignidade, e assim considero, de não fazer sequer um indicação ao atual Governo de qualquer cabo eleitoral, ou elementos outros, isso me envaidece. Como me envaidece, sempre estarei na tribuna para dizer que não usufrui do poder, do mandato que o povo me concedeu.

Devo dizer que, como político, jamais aceitarei, e aqui estão todos autorizados a me desmentir, qualquer cargo no Tribunal de Contas, ou outros cargos por que aí existem.

Nós estamos com uma tarefa aqui, tarefa de construção, estamos aqui para trabalhar. E temos atitudes harmoniosas com o Governo, e temos convicção também de que o Paraná, dentro de breves dias, entrará em sua normalidade política e administrativa.

A emoção, às vezes, invade-nos e tumultua o pensamento, diante da algazarra que o jornal, interessado em encobrir fatos verdadeiros, promove.

Aqui se fala em imprensa, mas dessa imprensa que dá cobertura a certos fatos, não à imprensa geral, porque vemos, no interior, o "Jornal de Maringá", a "Folha de Londrina" e outros jornais de grande gabarito da Capital, que vêm trazendo a tônica normal, a tônica da administração de Haroldo Leon Peres.

Mas, quero terminar dizendo que, na minha vida pública, jamais terei um parente com cartório, jamais terei participação com cartórios, jamais, srs. Deputados, e aqui estou para que os srs. Deputados tomem nota, jamais terei cargo pomposo no Estado. Nunca fui funcionário público, mas os

respeito. A primeira vez que recebo do Estado vencimentos é forçosamente como Deputado. E aqui está o nosso desassombro. E quando falar do funcionário falarei em tese, e assim o farei de cabeça erguida e peito levantado.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a satisfação de anunciar, neste Plenário, a presença do sr. Prefeito Municipal de Carnélio Procópio.

Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, sr. deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. Deputados. Somos daqueles Deputados afeitos à causa pública.

Preocupação constante temos quando fatos graves são trazidos ao conhecimento da Casa. E hoje o ilustre, erudito e inatacável deputado Cândido Martins de Oliveira veio a esta tribuna para expor um fato que envolve, nas entrelinhas, a própria administração pública.

Disse S. Exa. que quando de sua visita à FUNDEPAR, motivada apenas por solidariedade àqueles funcionários, recebeu dos mesmos uma manifestação de amizade, de solidariedade. E, hoje, esses funcionários pagam um preço muito elevado pela manifestação que deram a esse ilustre homem público. Porque, Cândido Martins de Oliveira foi um dos mais atuantes Secretários de Educação que já passaram pelo Estado do Paraná. E V. Exa. teve, desses funcionários, um voto precioso, para vir a esta Casa a defendê-los, como hoje está fazendo.

Preocupamo-nos, sobermaneira, com fatos dessa natureza, porque entendemos que a política de vingança é muito perigosa. Essa política de perseguição não tem duração, porque não tem sustentação moral.

Quando ocupamos a tribuna para nos solidarizarmos com este Deputado, é porque homens de oposição que somos, não queremos — dentro do espírito combativo que temos na oposição — não queremos que o Governo pereça por fatos dessa natureza.

Estamos dando um brado de alerta, para que isso não aconteça, porque implicaria num comprometimento muito sério para o Governo do Estado. Tenho certeza de que S. Exa. quando tomar conhecimento desse fato os colocará novamente em seus legítimos lugares, evitando que atinja o número 36, para que o Paraná não represente uma péssima imagem perante os demais Estados da Federação, uma vez que dentro da própria ARENA, dentro da própria família do Governo, esse fato que causa espécie a nós, só serve para denegrir o Estado do Paraná, o segundo Estado da Federação, perante os brasileiros todos. E que em tempo ainda, possamos salvar o nosso Estado, e evitar que coisas assim sucedam.

Nós, do MDB, teríamos interesse que fatos assim proliferassem, porque o MDB tem a sustentação na desagregação da situação, mas não queremos isso; somos do partido oposicionista, que faz oposição construtiva, e nosso alerta é para que esse clima de insegurança, de uma vez por todas, seja coibido. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, sr. deputado Lazaro Dumont.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Minha participação hoje na tribuna é para que fique inscrito nos Anais desta Casa, que a Assembléia Legislativa, numa homenagem aos trabalhadores, não só os trabalhadores do Paraná, mas aos trabalhadores brasileiros, prestou também sua homenagem através de um Deputado seu, fazendo uso da palavra exclusivamente com referência à data de 1.º de maio, a data do trabalhador. E antes que passemos a ler aquilo que escrevemos,

queremos dizer o seguinte: hoje, já é possível se comemorar um 1.º de maio, como faremos amanhã aqui em Curitiba, entre as classes empresariais e as classes trabalhadoras e o próprio Governo do Estado. E ainda mais, o almôço do qual essas mesmas classes participarão amanhã, que será oferecido pelos trabalhadores de nosso Estado, através de suas entidades de classe, mostrará a perfeita harmonia entre trabalho e capital que ocorre após a Revolução de 64.

E nós, que estamos dentro do Movimento Sincidal desde o início de 60, passamos vários anos em que não era possível ao trabalhador comemorar condignamente a data de 1.º de maio, sem levar essa data para o campo demagogo da política da luta de classes.

Hoje, já poderemos, como disse, comemorar essa data. Nós escrevemos essa pequena mensagem, para que pudéssemos homenagear ainda melhor o dia 1.º de maio.

(Lendo): — “O dia 1.º de Maio representa uma luta incessante nas conquistas sociais dos trabalhadores, que teve seu início no Século passado, quando a jornada de trabalho obrigatória era de 12 a 15 horas diárias, em condições sobre-humanas de higiene e segurança. Sempre que lembramos este dia, o nome de um grande líder trabalhista vem à tona: Samuel Gompers, e lembra também o massacre de trabalhadores que foram varridos a bala pelos policiais, porque na primavera de 1886 lutavam pela jornada de oito horas diárias. Os líderes deste movimento foram considerados terroristas e foram a julgamento. No dia 1.º de Maio de 1886, Chicago viu balançar de sete forcas os sete mártires da luta operária. Em 1889, operários de todos os países reuniram-se em Paris e decretaram o aludido dia, do DIA INTERNACIONAL DO TRABALHO, que foi aceito pela Organização Internacional do Trabalho.

No Brasil, foi oficializado em 26 de setembro de 1924, pelo Decreto n. 4859, e desde então esta data é feriado nacional.

A luta pelas conquistas sociais fez tombar muitas vítimas para chegar à realidade dos rossos dias que, graças a Deus, pelo menos no Brasil, não foi com massacre que conquistamos melhores dias ao operário brasileiro.

A grande distinção que se faz entre Capital e Trabalho é a causa de um antagonismo que não raras vezes gera em conflito desnecessário, porque não devem ser forças antagônicas, mas sim harmoniosas; delas dependem setores da produção nacional para a consolidação de um processo sócio-econômico capaz de valorizar dignamente o homem.

Ao lado dos grandes lutadores pela valorização humana, não podemos esquecer a figura do grande Papa Leão XIII, inspirador e coordenador da Justiça Social, o qual nos deixou a imortal Encíclica “Rerum Novarum”. A inspiração divina que se implantou na pequenez do homem, mas grande no seu espírito, perpetuou a sua memória, porque naqueles princípios inseridos na imortal Encíclica, ainda hoje se baseiam os homens do Século XX, quando a tecnologia e a Era Espacial estão no auge, mas a figura humana é sempre o principal fator de toda razão de viver, progredir e criar.

A elucidação destes fatos se faz necessária para lembrar que nesta mesma data, não recordamos mártires brasileiros, e que graças a Deus este dia aqui pode ser lembrado, porque nos países dominados pelo comunismo não o é, e talvez hoje não pudéssemos comemorá-lo se não fôsse a grande retomada do poder e da ordem, feita por brasileiros autênticos que se puseram à frente de uma quase república comunista, em defesa da família brasileira.

As nossas conquistas sociais não custaram vidas, só uma grande coragem, como bem disse o ex-Presidente da República, o extinto marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. “Das pedras que restaram da ruína de nossa Pátria, haveremos de construir um Brasil Grande”, que foram suas

primeiras palavras como mandatário da Nação. Aos poucos vimos as leis surgindo, temerosos é verdade, sem sabermos os seus efeitos, mas hoje é uma realidade que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço proporcionou um grande avanço no plano habitacional. A unificação da Previdência Social eliminou gastos desnecessários — as bolsas de estudos aos filhos de trabalhadores foi uso correto e devido do então Fundo Sindical que não tinha objetivo algum a não ser para turismo dos privilegiados, em viagens internacionais. O grande esforço e concretização por parte da equipe do exmo. sr. Presidente da República, em valorizar o homem de nossa terra, vem enfileirando benefícios de caráter social que só existiam em sonhos dos legisladores e hoje são uma realidade, como o caso específico do Plano de Integração Social e a própria Transamazônica, que é o mais arrojado plano de integração nacional.

Aos trabalhadores rurais, só um Governo da revolução foi que se deu realmente uma assistência, primeiro pelo FUNRURAL e hoje pela sua ampliação.

Numa modesta síntese, eis o que é Primeiro de Maio, que numa mescla de luta do passado e do presente, e a grande esperança da classe operária, e que o bom Deus ilumine a trilha dos nossos Governos Estadual e Federal, para que, numa arrancada segura, vão levando serenamente o Brasil aos seus altos desígnios, configurando-se como um dos grandes países, não pelo seu tamanho, mas pela sua condição de ser nele o homem valorizado e respeitado. E se hoje fosse dado o poder de pedir alguma coisa ao Criador, eu pediria apenas que esta grande Pátria não fosse apenas a maior do mundo, mas a menor e a mais numera para se viver.

Se a sociedade brasileira, através dos poucos que são ricos, não ajudar aos milhares de brasileiros que são pobres, ao invés de ajudar a construir a nossa Pátria, estará, isto sim, empobrecendo cada vez mais nossa terra".

Muito obrigado! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito para o Pequeno Expeiente, sr. deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O companheiro Lázaro Dumont da Arena prestou hoje, como líder sindical, a sua homenagem aos trabalhadores brasileiros pela luta universal do Trabalho que amanha estaremos comemorando.

Desta tribuna, sr. Presidente, a nossa homenagem ao operário, ao lavrador, ao professor, ao homem que trabalha e que ajuda a construir a nossa grande Pátria brasileira. Muitos milhões esquecidos, às vezes, na hora da grande festa dos trabalhadores, às vésperas, quem sabe, de um novo salário mínimo de um salário maior, de um salário melhor para aqueles que têm um padrão de vida baixíssimo, como no nosso Brasil. Vemos o crescimento da nossa Pátria, mas vemos também que o poder aquisitivo do nosso povo ainda é muito pequeno, ainda é muito inferior em relação a tantas outras nações, e hoje, sr. Presidente, quando se fala na chegada de um novo salário para os brasileiros, eu devo confessar a minha tristeza, por que este novo aumento não virá resolver as necessidades dos nossos patriotas brasileiros. Eis porque, nem mesmo se decretou o novo salário e já vemos aqui a alta do preço da gasolina subindo 12,99% e quando sobe a gasolina, sobe o preço do sapato, do remédio, do alimento, todos indispensáveis para todos nós.

Então, srs. Deputados, nós não poderíamos aqui, em nome dos concidadãos que trabalham em nosso País, deixar de dizer que, se de um lado se paga o aumento, de outro se tira, aumentando o preço da gasolina, porque gasolina e derivados do petróleo são a grande arma para aumentar o custo

de vida no Brasil. Então, amanhã, se subir o salário em 20%, automaticamente a alta do salário não vai representar mais do que 7,1% porque hoje a gasolina já subiu em 12,99%; então, exatamente à zero hora de hoje, o nosso dinheiro passou a valer menos 12,99 e quem vai pagar são os operários, são os homens da lavoura, são os homens da cidade, são os professores, são todos os brasileiros que aceitam este sacrifício, quem sabe como mais uma colaboração para as medidas que estão sendo postas em prática; mas, sr. Presidente, esperamos, fazemos votos que o novo salário, que passivamente vigorará a partir de amanhã, possa trazer a solução para a esperança de milhões de brasileiros que querem levar mais alegria para suas casas, um pouco mais de conforto para os seus filhos.

E vemos tantos pais sofrendo por não poder, às vezes, proporcionar aquele conforto que a família precisa.

Sr. Presidente, srs. Deputados, o tempo é curto, e nós não poderemos aqui nos alongar nesta análise mas a grande verdade é que, no instante em que subiu a gasolina, foi mais um sacrifício imposto ao já tão sofrido trabalhador brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a Hora do Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Ontem, quando desta tribuna ouvimos o discurso brilhante que pronunciou o deputado Hélio Manfrinatto, o apartamos no momento em que abordava um tema que interessa de perto aos srs. Deputados, e mais especialmente àqueles Deputados votados pela Capital, em cujo rol, para honra minha, me encontro. Falava S. Exa. do desabrigo e da desatenção do sr. Secretário do Trabalho e Assistência Social, no que diz respeito ao mendigo, que aqui, em nossa Capital, vem buscar alguns recursos, na esperança de poder encontrar dos seus irmãos e mormente dos poderes do Estado, algum amparo.

E dizia a S. Exa. que, para alento nosso, conhecíamos o trabalho de S. Exa. o sr. Secretário do Trabalho e Assistência Social, dr. Nabor Neto quando, preocupado com os homens que vêm de outras regiões distantes, muitos deles, que nem paranaenses são, mas que são na realidade nossos irmãos, porque são brasileiros, que atraídos pela riqueza do Paraná, pelas nossas terras férteis, aqui chegaram e não tiveram a sorte de melhorar sua vida, talvez porque a sorte não lhes favoreceu. Estes homens acabam sem teto, perambulando pelas ruas da cidade, pernoitando em soleiras de portas, muitos não amanhecendo com o rigor do inverno. Então, srs. Deputados, nos temos providências tomadas por S. Exa. o sr. Secretário de Assistência Social, que pede aos curitubanos que, quando encontrarem pobres nessa situação, numa noite de inverno, e que fiquem pensando que por certo aquele ser humano talvez não amanheça, porque fatalmente não acordará, se ele assim permanecer exposto, que telefonem para a Secretaria do Trabalho e aquela Secretaria virá recolher esse homem, irá dar-lhe agasalho que necessita nessa noite.

E então, srs., me comprometi a trazer aos srs. Deputados, os números dos telefones que deveriam atender nesta emergência. E hoje cumpro a minha missão.

Os telefones são os seguintes: 23-8062, 22-4008 e 23-8175.

E a comunicação que estamos fazendo, por gentileza, diga-se de passagem, do orador inscrito, sr. deputado Sebastião Rodrigues, que apenas me cedeu estes minutos.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (As-

sentimento). Ouvi com muita atenção o pronunciamento de V. Exa. desejo, neste breve aparte, congratular-me com S. Exa. pela atitude de divulgar estes números para conhecimento desta Casa e conhecimento do povo do Paraná. E, ao mesmo tempo, me congratular com S. Exa. o sr. secretário do Trabalho e Assistência Social, Nabor Silva Neto, advogado atuante na região de Umuarama e, principalmente, homem sempre preocupado com a solução dos problemas sociais.

Quero dizer a V. Exa. que entendo que a Pasta do Trabalho está em excelentes mãos: um moço idealista e trabalhador, que por certo haverá de muito fazer em benefício dos menos favorecidos pela sorte.

Era o aparte que queria dar a V. Exa..

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Agradeço o aparte de V. Exa. e retiro-me da tribuna, e agradeço mais uma vez a gentileza do colega Sebastião Rodrigues em me ceder alguns minutos do seu tempo.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o sr. deputado Sebastião Rodrigues, segundo orador inscrito.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Já disse desta tribuna, que aos apêlos de paz, se sucedem atos de guerra; ontem não constituiu excessão nesta Casa.

A imprensa noticia hoje, em manchete, que desta casa foram feitos apêlos de paz e hoje o deputado Cândido Martins de Oliveira, traz ao conhecimento dos srs. Deputados um ato de violência, um ato como ele bem define, de terrorismo administrativo.

Tem V. Exa. nobre Deputado, a solidariedade deste representante do MDB, e em como os 34 funcionários da Fundepar que vem sofrendo em sua carne o odio e a perseguição que, ao que tudo indica, se instalaram neste Estado a partir de 15 de março de 1971.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Sebastião Rodrigues, pretendia apartear o deputado Cândido Martins de Oliveira quando da sua tribuna relatava ocorrências na Fundepar. Intenzmente, S. Exa. ocupava o Pequeno Expediente, ao qual não são permitidos apartes. Permitto-me fazê-lo através de V. Exa., quando se solidariza com o pronunciamento do deputado Cândido Martins de Oliveira, para comunicar ao nobre Deputado, através de V. Exa., que levarei este problema ao sr. Governador do Estado, Haroldo Leon Peres, tão logo ele chegue a esta Capital. Ele trarei nas próximas sessões, para dar conhecimento a esta Casa, se verdadeiras foram as afirmativas feitas pelo deputado Cândido Martins de Oliveira, de que realmente estão se processando demissões em massa na Fundepar; trarei ao conhecimento dos srs. Deputados se verdadeiros e quais as razões. Quero agradecer a oportunidade em poder transmitir a esta Casa e responder ao aparte do deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Agradeço a V. Exa., nobre deputado João Mansur que, com seu aparte nos tranqüilizou a todos, porque sabemos que a matéria, estando em mãos de um Deputado como V. Exa., encontra-se em muito boas mãos.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre colega Sebastião Rodrigues, lamentavelmente assistimos no Paraná a espetáculos degradantes como este relatado pelo sr. deputado Cândido Martins de Oliveira. Nos dias atuais, com a evolução que alcançamos, são inadmissíveis perseguições desta natureza. A denúncia do deputado da ARENA é gravíssima, e merece realmente a atenção demonstrada pelo Líder João Mansur, que levava até o Chefe do Executivo paranaense a apreensão desta Casa em razão dessas exonerações por motivos, segundo consta, inexplicáveis. Tornamos conhecimento também que na Café do Paraná houve demissões em

massa de funcionários que exerciam funções naquela repartição pública. Esperamos, portanto, um pronunciamento da autoridade maior deste Estado, para que se esclareçam os fatos e para que possamos realmente chegar a uma conclusão, se se cometem injustiças e se se cometem perseguições na era da crise política maior do Estado do Paraná.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Agradeço o aparte do deputado Alvaro Dias.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Pedindo escusas por tomar o tempo do brilhante discurso de V. Exa., eu desejaria, antes de mais nada, agradecer a solidariedade que recebi da sua pessoa, bem como do eminente deputado Nelson Buffara, do deputado Alvaro Dias e agradecer, sobretudo, as palavras do Líder do Governo, eminente deputado João Mansur, que confirmou em aparte a V. Exa., que tomará as providências necessárias junto ao sr. Governador do Estado, no sentido de apurar a veracidade da denúncia que fiz desta tribuna. Eu pediria a S. Exa. para que, a par da apuração da veracidade desta denúncia, promova gestões junto ao Governo do Estado para que esta denúncia não venha a se concretizar porque, exatamente no instante em que V. Exa. ocupando a tribuna, os funcionários a que me referi deverão, por determinação da direção da FUNDEPAR, estar entregando àquela Direção as suas carteiras de trabalho para terem ali apostas as anotações das demissões. Faço um apêlo para que estas demissões não ocorram e, se ocorrerem demissões por razões de ordem financeira e econômica, que seja adotado um critério racional e que sejam exonerados os últimos funcionários nomeados, mas que não sejam escolhidos a dedo os funcionários mais antigos para serem exonerados por razões políticas.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Agradeço o aparte.

O sr. Marciano Baraniuk — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, eu venho ouvindo com atenção o pronunciamento de V. Exa. e vem denominando a situação atual do Estado de terrorismo administrativo.

Eu acredito, nobre Deputado, que é prematuro, neste momento, denominar-se assim a administração do Estado. Porque V. Exa. há de ter notado que nenhum sr. Deputado solicitou informações dos motivos que levaram a administração da FUNDEPAR a dispensar funcionários. Sou contra perseguição de funcionários, mas na execução dos trabalhos, às vezes é necessária a demissão. Porque me ocorreu, nobre Deputado, na Prefeitura de Umuarama, em certa ocasião, dispensar 32 professores, mas justifiquei que tal dispensa era motivada por problemas financeiros, não políticos, nem perseguição.

E, posteriormente, quando necessitei de professores para ocupar as vagas surgidas, aproveitei aquelas que haviam sido dispensadas por motivos financeiros.

E, nobre Deputado, se na verdade houver motivo para dispensa desses funcionários, vamos aceitá-la. Mas, faço questão de dizer que não existe esse terrorismo administrativo, porque administração não existe.

Mas, nobre Deputado, se por acaso, havendo essas dispensas, quando houver necessidade de contratação de novos funcionários, acredito que esses, hoje dispensados sejam aproveitados. É esta a sugestão que peço que se faça, que não haja perseguição de funcionário.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Sebastião Rodrigues, quero agradecer a gentileza de conceder-me este aparte.

E, em segundo lugar, nobre Deputado, devo dizer que nós, Deputados da ARENA, estamos tranquilos, desde que o Líder da ARENA e do Governo se comprometeu que irá investigar essas informações e trazê-las a esta Casa.

Todavia, sou dos que acredita piamente na disposição do Governo de administrar sem perseguição, mas acima de tudo S. Exa. está preocupado

que se gaste menos em custeio e mais em investimento de capital.

E parece-me, nobre Deputado, que a FUNDEPAR tem uma norma e deve respeitá-la, e só poderá gastar um percentual do dinheiro que recebe para despesas de custeio e com pessoal.

Precisamos verificar, sr. Deputado, se a FUNDEPAR não está fugindo às normas rígidas estabelecidas pelo Ministério de Educação e Cultura, que participa com a maior parte dos recursos a serem distribuídos por aquela Fundação. Porque a prestação de contas da FUNDEPAR terá que ocorrer, fatalmente, nobre Deputado, e talvez a dispensa desses funcionários seja indispensável. Desde que são contratados com base na CLT, não vejo porque não possam ser dispensados, desde que sejam devidamente indenizados.

Devo dizer, nobre Deputado, que tenho um único companheiro político funcionário Catusso funcionário da CAFÉ DO PARANÁ que está sendo dispensado daquela sociedade de economia mista tendo nove anos e quatro meses de função. Nem por isso nobre Deputado me rebelo desde que considero a demissão beneficiando a administração daquela empresa.

Existem muitas fundações que têm função idêntica e se gasta demais em despesa de custeio e essas demissões são necessárias.

Renovo aqui minha confiança no Governo e em seus colaboradores, e pode estar certo, nobre Deputado, neles não existe outro objetivo senão melhorar a administração estadual.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Registro, nobre Deputado, o aparte de V. Exa., ficando consignado nos Anais da Casa e ficam também nossas esperanças de que o assunto seja devidamente esclarecido nos próximos dias. face o compromisso assumido pela Liderança da ARENA, muito bem representada pelo nobre deputado João Mansur.

Mas, sr. Deputado, o assunto que me traz a esta tribuna...

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Pego escusas a V. Exa., por voltar ao problema que V. Exa. dá por encerrado. Mas, situou bem o problema o sr. Cândido Machado, quando diz que as demissões que estariam ocorrendo na Fundepar, poderiam ser em virtude de interferências políticas ou por razões de ordem econômico-financeira.

Creio, sr. Presidente, srs. Deputados que, se realmente a nova diretoria da Fundepar resolveu tomar essa medida, só posso entendê-la, e não vejo sentido para que seja diferente, que a tenha tomado considerando o problema financeiro do Estado, que realmente é difícil, como todos sabem. Não posso também admitir que se faça isso com o propósito certo de se perseguir politicamente. Tenho certeza, sr. Deputado, que quando o Líder desta Casa trouxer o esclarecimento que ele prometeu, esse problema será esclarecido de uma forma que virá demonstrar e mostrar que o interesse político não interferiu na demissão desse ou daquele funcionário. O problema tem que ser equacionado em face da conjuntura econômico-financeira do Estado, que hoje é realmente difícil.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Obrigado. Encerra definitivamente o debate o aparte do deputado Armando Queiroz, que consigno e agradeço.

Mas, não foi esse assunto a razão principal de minha presença nesta tribuna, nesta manhã. Venho aqui hoje, tratar de uma matéria que muito me tem preocupado, ou seja, a total ausência de representantes do Paraná no âmbito da administração federal. Pretendia abordar tal assunto da forma mais ampla e mais profunda. Porém, certos acontecimentos recentes, fazem com que eu me antecipe e aqui compareça.

O Paraná, srs. Deputados, sr. Presidente tem dado ao Governo Federal, seja no campo administrativo, seja no campo político, o melhor do seu apoio. Os homens que aqui trabalham, vêm construindo, com seu sacrifício um Estado que hoje, para orgulho nosso e dos que aqui vivem, encontra-se situado entre os primeiros da Federação.

Mas quando contemplo o quadro de auxiliares diretos do governo federal, ali verifico, para tristeza nossa que não figura nenhum paranaense, em

nenhum Ministério, em nenhuma autarquia, em nenhum cargo de menor expressão e, em contrapartida, não posso deixar de atentar para o paradoxo: enquanto o Paraná não possui sequer um representante junto ao Governo Federal, este encontra-se muito bem representado no governo estadual. Possui ele, além de duas Secretarias, a de Segurança Pública, e a da Fazenda, o próprio Governador do Estado. Porque o atual Governador do Estado, isto é sabido por todos, não foi escolhido pelos paranaenses, para dialogar com o Governo Federal; ao contrário, foi escolhido pelo governo federal para dialogar com o Paraná.

Contribuindo com uma grande parcela da produção nacional, estamos integrados nesse grande objetivo, que é o desenvolvimento de nosso País.

Merecemos uma atenção melhor do Governo Federal, merecemos ter junto a ele a representação a que o nosso Estado tem direito.

Esta razão determina minha presença na tribuna. Tomei conhecimento, através da imprensa, de que ficou vaga a Diretoria da Carteira de Crédito Geral e Rural do Banco do Brasil. A Diretoria da 6.ª região é que atende os Estados de Santa Catarina e Paraná. Os srs. Deputados sabem que o Banco do Brasil, por conveniência administrativa, dividiu o país em 7 regiões. A cada região corresponde uma Diretoria e a cada Diretoria cabe a jurisdição, normalmente, de mais de um Estado. Apenas dois Estados em nosso país é que têm uma Diretoria somente para si. Os Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo. O Estado de São Paulo tem uma Diretoria, só para si por razões de ordem econômica, enquanto que o Estado do Rio Grande do Sul, creio que por razões de ordem afetiva.

A Diretoria da 6.ª região, que atende os Estados do Paraná e Santa Catarina, ficou vaga com a nomeação de seu titular para a Presidência do Banco da Amazônia.

Sr. Presidente, srs. Deputados, quero dizer a esta Casa que estou convencido de que o Paraná tem o direito de indicar o novo titular da Diretoria vaga por duas razões:

A primeira delas é que o Estado do Rio Grande do Sul — sempre a ser considerado na disputa dos bons cargos federais — já possui a Presidência do Banco do Brasil e, pelo menos uma Diretoria.

Outro Estado que teria o direito de reivindicar conosco seria o Estado de Santa Catarina. Santa Catarina porém já possui na administração do Banco do Brasil um de seus mais ilustres filhos; retiro-me ao filho de tradicional família catarinense, Paulo Konder Bornhausen, que responde pela Diretoria da 3.ª Região, com jurisdição sobre os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Guanabara, e ainda com jurisprudência sobre as Agências do Banco do Brasil no exterior.

Essa é uma Diretoria importante, que está entregue às mãos de um jovem catarinense que, sem dúvida alguma, é um dos homens mais dinâmicos e eficientes que já passaram por aquela Casa.

Esta pois Santa Catarina representada na administração do Banco do Brasil, através da Diretoria da 3.ª região, que tem a sua frente o sr. Paulo Konder Bornhausen. Santa Catarina possui outro Diretor, da Carteira de Administração o sr. Oswaldo Colin.

Ora vamos escolher um Diretor que represente o Paraná pois os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina já têm representantes. Assim sendo cabe a nós do Paraná ter o nosso agora, como no passado. Somente agora estamos sendo maltratados deste jeito. No passado tivemos Abilon de Souza Naves e Leo de Almeida Neves. Temos, portanto, que reivindicar para nós esta Diretoria, porque é um direito nosso. Temos que providenciar, com urgência, senão veremos, em breves dias, mais um nome ilustre do Rio Grande do Sul nomeado para dirigir a região que administra o Paraná e Santa Catarina.

Atentem, srs. Deputados, para o seguinte, que vou informar à Casa, à guisa de exemplo. Como disse, o Banco do Brasil é administrativamente di-

vidido em 7 regiões. Pois bem, a segunda região atende aos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e o Território de Fernando de Noronha. O seu Diretor, meu nobre colega, funcionário daquela Casa, é o Sr. Camilo Calazans de Magalhães, Diretor, portanto, que atende Ceará, Sergipe e Bahia. Os srs. sabem qual a contribuição que ele trouxe a este Relatório de n. 3, do Banco do Brasil, referente ao 3.º trimestre do ano de 1970? Pois bem. Ele que é o Diretor para os Estados do Ceará, para o Estado de Sergipe e Bahia, escreveu neste Relatório o seguinte artigo: "A evolução da economia gaúcha", e é Diretor para Ceará, Sergipe e Bahia.

Se não tomarmos urgentes providências, o novo Diretor para Santa Catarina e Paraná também será especializado em economia gaúcha.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Sebastião Rodrigues, V. Exa. fere um dos assuntos de maior importância que já foram abordados aqui nesta Casa, mormente no momento em que o Paraná, totalmente desprestigiado na área federal, totalmente sem cobertura na área Federal, e não existem cargos de importância na esfera federal ocupados por paranaenses. O Paraná está totalmente, como disse, no ostracismo na esfera federal. O momento em que V. Exa. reivindica para nosso Estado uma posição junto à administração do Banco do Brasil, especialmente quando nós verificamos que esta entidade financeira tem dado primazia a outros Estados, especialmente o Estado do Rio Grande do Sul, nada mais justo do que nós todos, do que esta Assembléia, apoiar a proposição de V. Exa. e pleitearmos com toda energia, para o Paraná, uma posição junto à direção do Banco do Brasil. Aliás, nós já as tivemos noutros tempos, mas hoje, nem sequer isto; o Paraná é como se não existisse, como se não existisse na esfera federal. Portanto, me solidarizo com V. Exa. e faço um apelo a esta Casa, inclusive junto ao Executivo Estadual, para pleitearmos para o Paraná esta posição que, como V. Exa. diz, está vaga, na direção do Banco do Brasil.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Agradeço ao nobre Deputado Nivaldo Krüger pelo aparte com que V. Exa. honrou minha modesta exposição nesta tribuna.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). É com satisfação que volto a apartear V. Exa. na tribuna, quando traz um assunto de tamanha importância para o nosso Estado. Receba, sr. Deputado as minhas congratulações, com a certeza que a bancada do Governo nesta Casa dará apoio integral à sugestão que V. Exa. traz, e nós levaremos ao sr. Governador Haroldo Leon Peres, que irá também gestionar junto ao Governo Federal a fim de dar ao Paraná esta posição de destaque que tanto o Paraná precisa, o Paraná que é hoje considerado o segundo Estado da Federação, precisa mais do que nunca galgar posições junto ao Governo Federal, a fim de que, isto, tenha certeza, nobre Deputado, que o Governo Federal não está fazendo favor ao nosso Estado, porque o Paraná, através do trabalho dos seus filhos, vem contribuindo com uma elevada parcela para o desenvolvimento do nosso País, razão por que me congratulo com V. Exa. e tenho certeza que o sr. Haroldo Leon Peres naverá de somar esforços junto às autoridades federais a fim de conseguir esta posição ao nosso Estado.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Agradeço ao sr. deputado João Mansur esta solidariedade que empresta ao orador que ocupa a tribuna. Entendo que a nossa causa é comum. Mas, Sr. Presidente, prosseguindo, esta falta de representação na esfera federal é um depoimento triste e não quero situar no tempo as lideranças a que vou me referir, mas é um depoimento triste sobre o conceito de que os homens públicos de nosso Estado gozam junto a esfera federal, e entre os quais eu me incluo também. Dizia que nós temos direito a ocupar aquela Diretoria, e não só o direito, mas merecemos

também que aquela Diretoria nos seja entregue, porque temos tratado bem ao Banco do Brasil. E vou mostrar aos srs. com números:

Baseado no relatório que o Banco do Brasil publicou, referente ao 3.º trimestre de 1970, eu transfiro ao conhecimento da Casa o total de empréstimos e depósitos para os três Estados do sul:

Rio Grande do Sul: 2.236.821,00; Depósitos: 617.087; Relação Empréstimos / depósitos: 3,5.

Paraná: 865.323; Depósitos: 367.861; Relação de depósitos: 2,3.

Sta. Catarina: 425.371; Depósitos: 169.103; Relação de Empréstimos / depósitos: 2,5.

Veja esta Casa, o que nos contam os números:

Para cada cruzeiro depositado, o Banco do Brasil emprestou 3,6 cruzeiros no Estado do Rio Grande do Sul, 2,5 cruzeiros em Sta. Catarina e 2,3 cruzeiros aqui no Paraná.

Os números contam muito mais. Dizem tanto que pretendo, mais à frente, discutir novamente a matéria nesta Casa.

Procedi apenas à comparação acima para justificar a minha afirmativa de que o Paraná merece indicar o Diretor para a 6.ª região do Banco do Brasil S.A. Mas não só por mérito e por direito deve o Paraná reivindicar a vaga. Temos necessidade também porque uma diretoria do Banco do Brasil significa mais agências, mais créditos e, portanto, mais desenvolvimento para o nosso Estado.

E é com os olhos voltados para a grandeza do Paraná, pensando na sua indústria, no seu comércio, nos milhares de agricultores que anônimamente, constroem a golpes de enxadas e com suor, um Paraná maior, que endereço à Mesa para ser submetido à aprovação do Plenário o seguinte requerimento, para que seja remetido a S. Exa., o sr. Presidente da República, respeitosamente, um apêlo por ofício e por telex, dado a exiguidade do tempo, um apêlo que S. Exa. se lembre do Paraná, quando for indicar para a Diretoria da 6.ª região do Banco do Brasil o seu novo titular. Quero também, que cópia desse ofício e um outro telex, seja endereçado a S. Exa. o sr. Presidente do Banco do Brasil e também ao sr. Ministro da Fazenda, sr. Delfin Neto. Solicito a ilustre Mesa da Casa, que cópia dos ofícios também sejam destinadas à Federação das Indústrias do Estado, à Federação da Agricultura, e à Associação Comercial. Vamos unir os nossos esforços, sr. Presidente e srs. deputados. Vamos unir os esforços, da gente do Paraná, para que possamos ter esta diretoria, porque ela na verdade, será um crédito abundante para a indústria e para o comércio. Se faço esta proposição, é com os olhos voltados para aqueles que trabalham em nosso Estado e sobretudo, para os milhares de agricultores que contróem com seu trabalho anônimo, a golpes de enxada, lá no interior, com sacrifícios, a grandeza deste Paraná que nós tanto amamos.

Proponho pois à casa a aprovação deste requerimento que enviarei à Mesa. Conclamo a todos para que nos unamos; vamos lutar por este direito, porque sinceramente não vejo por que ele nos seja negado. Não faço aqui igual apêlo ao Sr. Governador do Estado e digo das razões. Entendo que S. Exa., lutando pelos interesses do Paraná já estará revindicando estes direitos.

Fazer este apêlo a S. Exa., não estivesse tratando de assuntos de tão magna importância para nosso Estado. A ausência do apêlo é um crédito de confiança. Por certo S. Exa. estará tratando do problema. Muito obrigado.

Era só, sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença em Plenário do sr. vereador Assis Mendes, de Rondon e do vereador José Schor, de Cianorte.

Concedo a palavra ao sr. deputado Igo Losso, terceiro orador inscrito.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Antecedendo ainda a um pronunciamento que pretendo fazer à Casa no que concerne às diretrizes que haverão de nortear a minha conduta daqui para frente, em consonância com aquela que já tenho adotado desde o início da minha vida pública, hoje aqui me encontro para salientar à Casa, um acontecimento de real significado interno e também externo.

Refiro-me sr. Presidente, srs. Deputados à recente visita feita ao Brasil, pelo sr. Walter Schell, Ministro Federal dos Negócios Exteriores da República Federal da Alemanha.

S. Exa. esteve aqui no Brasil a convite oficial do Governo brasileiro, para inaugurar no dia 23 de abril a nova sede da embaixada de Brasília.

A República Federal da Alemanha é hoje, inegavelmente, uma bandeira extraordinária de progresso; é hoje um exemplo que desponta no cenário internacional, do altruísmo, da capacidade, da dedicação de um povo.

As duas Alemanhas, pois assim as podemos caracterizar: a Alemanha Ocidental e a Alemanha Oriental, divididas pelo "muro da vergonha" espelham para o mundo inteiro o contraste de dois grandes sistemas de governo: um deles imposto pela chibata, pela força, pela violência, o outro imposto pela compreensão, pelo trabalho e pelo desejo de ser útil à coletividade.

A Alemanha Oriental que ainda permanece debaixo dos escombros da última grande guerra, reflete muito bem o espírito ditatorial e retrógrado que impera no regime comunista; e a República, ou a parte da Alemanha Ocidental, reflete para o mundo a sua balança, a sua potencialidade em todos os setores, dando o exemplo de uma democracia pura que se aprofunda e se estende a todos os recantos do mundo.

A vinda de S. Exa. ao Brasil, representa o alto sentido expansionista daquele povo que conseguiu levantar milagrosamente das cinzas e dos escombros um novo panorama e procura imprimir para o mundo todo aquele sentido de progresso que deve caracterizar os grandes países. A Alemanha, que é hoje auto-suficiente, estende a mão a todos os demais povos e de um modo especial aos países sub-desenvolvidos que necessitam, nos diversos ângulos de suas atividades, de uma cooperação. O nosso País, mesmo, se abordarmos os diversos aspectos em que ele tem sido beneficiado por estas relações, haveríamos de encontrar os traços indeléveis dos descendentes étnicos germânicos que aqui aportaram no século passado e estabeleceram suas atividades inicialmente agrícolas, principalmente no sul de nosso País entrando por Santa Catarina e fixando-se posteriormente no Paraná, São Paulo, Minas Gerais e demais Estados da Federação brasileira.

E este povo que aqui veio desenvolver suas atividades, criou aqui seus filhos e hoje nós encontramos descendentes daquele extraordinário País, alçados às mais altas posições nacionais e também aqui, no âmbito estadual.

Desta visita de S. Exa. ao Brasil muitas conseqüências benéficas ainda advirão, num aprofundamento ainda maior das relações culturais Brasil-Alemanha. E como representante de uma considerável parcela do povo que descende deste País extraordinário, deste País exemplo para todo o mundo no sentido de progresso, eu aqui me encontro para ressaltar a nota conjunta distribuída pelo Governo brasileiro e pelo Governo alemão, que teve a mais ampla repercussão por todo o mundo. Não foi somente a nossa imprensa interna, como a imprensa interna alemã que deu destaque à visita do Ministro ao Brasil, mas toda a imprensa internacional. Foi um fato auspicioso porque o sentido é o de unir aqueles que querem efetivamente o progresso de seu País, para consecução não só dos ideais internos, mas dos ideais que extravasam os limites de seus países, merecendo uma atenção especial de toda a humanidade.

Aqui tenho esta nota que desejo ler para que fique transcrita nos Anais da Casa, com os desejos e votos ardentes de que estes quatorze itens estudados em conjunto pelo ministro Walter Schell e pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mário Gibson Barbosa se concretizem, para felicidade

do nosso povo e do daquele, visando a solução de grandes problemas internacionais.

Esta nota está assim redigida:

1 — A convite do Governo brasileiro, o ministro federal dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha, Walter Scheel, acompanhado da sra. Mildred Scheel, visitou oficialmente o Brasil, de 22 a 24 de abril de 1971.

2 — O ministro Walter Scheel foi recebido em audiência especial em Brasília, por S. Exa. o sr. Presidente da República Federativa do Brasil, general do Exército Emílio Garrastazu Médici, e manteve cordiais e proveitosas conversações com o ministro das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Mário Gibson Barbosa.

3 — O ministro das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha fez, ainda, visita de cortesia a suas excelências, os srs. Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Supremo Tribunal Federal e Governador do Distrito Federal.

4 — No dia 23 de abril, o ministro Walter Scheel inaugurou a sede da embaixada da República Federal da Alemanha, em Brasília, acontecimento recebido com muito agrado pelo Governo brasileiro.

5 — No mesmo dia, na presença dos dois ministros, foi realizada no Palácio do Itamaraty, na Capital da República, a cerimônia de troca de notas aprovando o convênio especial sobre cooperação nos campos da pesquisa e do desenvolvimento técnico nucleares, celebrado, na mesma ocasião, entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e o Centro de Pesquisa Nucleares de Julich (RFA).

6 — Durante as suas conversações, que transcorreram em atmosfera de compreensão mútua, os dois ministros trataram de questões bilaterais e multilaterais de interesse comum.

7 — Registraram, com satisfação, o aumento do intercâmbio comercial, entre os dois países, bem como o ritmo dos investimentos privados alemães, que vêm sendo incrementados desde 1968, em consonância com o dinamismo da economia brasileira. O ministro Gibson Barboza ressaltou, de maneira especial, o interesse brasileiro no aumento das exportações de manufaturados, as quais, não obstante o progresso verificado nos últimos cinco anos, ainda representam pequena parcela das vendas brasileiras no mercado alemão; o ministro Walter Scheel manifestou sua inteira compreensão para a conveniência do aumento dessas exportações.

O ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha informou o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, a respeito da ampliação e do fortalecimento da política do Governo federal, voltada para as comunidades européias. O ministro Walter Scheel manifestou seu interesse pelos recents esforços dos países latino-americanos no sentido de se institucionalizarem os contatos entre estes e a comunidade européia e declarou que o governo de seu país se empenhará, dentro de suas possibilidades pela concretização dos desejos expressos na declaração de julho de 1970. O ministro Gibson Barboza, ao registrar a satisfação pela recente decisão do Conselho de Ministros de implantar, a partir de 1.º de julho próximo, um sistema geral de preferências em favor dos produtos industrializados das nações em desenvolvimento, expressou a esperança do governo brasileiro de que tal sistema possa ser ainda aperfeiçoado em benefício dos países em desenvolvimento.

O ministro Gibson Barboza salientou ao ministro Walter Scheel a importância da cooperação do governo da RFA, a fim de assegurar preços remunerados ao café no mercado internacional, bem como estimular o consumo do produto.

Os dois ministros anunciaram a sua intenção de fortalecer o intercâmbio cultural e a cooperação científico-tecnológicas, previstos no acordo básico de

cooperação técnica, de 30 de novembro de 1.963, e no acôrdo cultural dessa mesma data.

11 — Concordaram em que tanto na implementação do acôrdo básico de cooperação técnica, quanto na do acôrdo em geral sôbre ciência e tecnologia, os dois governos terão como meta prioritária a instalação e o desenvolvimento de uma capacidade nacional brasileira no terreno científico e tecnológico.

12 — Os dois ministros trocaram idéias, também sôbre questões internacionais da atualidade, sublinhando a vontade dos seus governos no sentido de se empenharem pela manutenção da paz mundial com base nos princípios de liberdade dos povos, da não intervenção, da autodeterminação e da redução das disparidades econômicas entre as nações. O ministro Scheel refez-se às relações internacionais e à política da República Federal com respeito aos países do Leste Europeu, expondo o que tem sido feito, nesse terreno com o propósito de contribuir para a eliminação das tensões no mundo.

13 — Os dois Ministros discutiram os esforços internacionais para combater atos criminosos contra a vida humana e contra os meios de transporte.

14 — A visita oficial do Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros contribuiu para estreitar mais as relações de amizade germano-brasileiras."

Sr. Presidente, srs. Deputados.

Quero, nesta oportunidade, manifestar minha satisfação, meu contentamento, por êsse acontecimento auspicioso e pelos assuntos que foram debatidos em conjunto pelos dois governos, fazendo votos, com já frisei no início, que amanhã seja uma realidade êsse intercâmbio cultural Brasil-Alemanha, de maior produtividade, trazendo grandes benefícios para as duas populações representadas por êstes Países.

Pretendo, em outra oportunidade, analisar com mais precisão o assunto que aqui foi abordado, para que esta Casa possa compreender a profundidade, através do qual os dois governos pretendem acertar e resolver seus problemas. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 srs. Deputados.

Sôbre a mesa, Projeto de Lei de autora do sr. deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, será lido pelo sr. 1.º Secretário.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê o projeto).

O SR. ARMANDO QUEIROZ — (Pela ordem). Sr. Presidente, nesta oportunidade, louvo a atitude do deputado Antônio Belinati, a sua preocupação por uma das coisas que tantos males vem causando às rodovias de nosso Estado. Mas, no nosso entender, sr. Presidente, através dêsse expediente, nós não conseguiremos o objetivo tão nobre que o deputado Belinati pretende. De modo que fazemos, aqui de nossa tribuna, um apêlo ao nobre Deputado, que retire êsse projeto e o transforme numa sugestão às autoridades competentes de nosso Estado e terá o apoio da bancada do Governo nesta Casa, afim de que seja resolvido êsse problema que tantos males vem causando à tôda população paranaense, como disse de início, através da irresponsabilidade de elementos que vêm ceifando vidas de milhares de nossos irmãos. De modo que, fazemos êste apêlo ao nobre deputado Belinati, no sentido de que transforme o projeto numa sugestão às autoridades de nosso Estado e terá o apoio de nossa bancada, para que ela se concretize.
— (Sem revisão do orador)

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem) Sr. Presidente, nós tivemos oportunidade de dialogar com o nosso líder, deputado Nivaldo Krüger, e com o líder João Mansur, assim como vários outros Deputados e atendendo a

essa sugestão, que vem assim em colaboração com a intenção, quem sabe de todos os srs. Deputados, pois é sabido que alguns motoristas exageram nas estradas, alguns se embriagam e em virtude disto não se comportam bem ao volante de seus veículos.

Vamos estudar não apenas como nossa matéria, mas como, quem sabe, matéria de todos os srs. Deputados o melhor caminho para que possam ser evitados abusos nas estradas.

Com a retirada desse projeto esperamos trazer, com o subsídio de vários companheiros, uma matéria bem objetiva em torno do assunto.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere a retirada do referido Projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

— **Redação Final** — do Projeto de Lei n. 213-69, autorizando o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, as estradas que servem a “Colônia Witmarsum”, ligando a BR-277 e a Rodovia do Café. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 213-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam transferidas ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, as estradas que servem a “Colônia Witmarsum”, ligando a BR-277 e a Rodovia do Café.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-8-70.

aa) Ivo Thomazoni - Presidente. — Roberto Galvani - Relator. — Sílvio Barros.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 75-70, autorizando o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para efeito de conservação, a Rodovia que liga PR-86 à rodovia BR-277, como específica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 75-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, para efeito de conservação, ao Departamento de Estradas de Rodagem, a rodovia que liga a PR-86 à Rodovia BR-277, desde Perobal, no município de Umuarama, até a cidade de Cascavel, passando por Assis Chateaubriand e Alto Piquiri.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-11-70

aa) Ivo Thomazoni — Presidente, Agnaldo Pereira Lima — Relator, João Mansur

1a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 4-71, da Comissão Executiva, que dá nova redação ao Título IV — da Emenda à Constituição — Capítulo Único — da elaboração do Regimento Interno, Parecer favorável da C.C.J.. — **Aprovado.**

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 4-71

Art. 1.º — O Título IV — Da Emenda à Constituição — Capítulo Único — Da elaboração, do Regimento Interno, passa a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 197 — Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três (3) dias para o oferecimento de emendas.

Art. 198 — A Assembléia constituirá Comissão Especial, composta de cinco (5) membros, com prazo de vinte (20) dias, destinada a opinar sobre

a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Art. 199 — Recebido e publicado o parecer da Comissão, serão a proposta e respectivas emendas incluídas na Ordem do Dia.

§ 1.º — A votação será feita pelo processo simbólico, considerando-se aprovada a proposta ou emenda que obtiver dois terços dos votos dos membros da Assembléia.

§ 2.º — Durante cada discussão os Deputados poderão falar uma única vez, pelo prazo de trinta (30) minutos e, pelo prazo de dez (10) minutos, para encaminhamento da votação.

§ 3.º — Proposta e emenda aprovadas, retornarão à Comissão Especial para elaborar a redação final.

§ 4.º — Aprovada a redação final será a Emenda promulgada pela Mesa da Assembléia, com o respectivo número de ordem."

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 14 de abril de 1.971.

aa) Wilson Fortes — Presidente, Ivo Thomazzoni — 1.º Secretário,
Quielse Crisóstomo — 2.º Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 4-71

AUTOR: COMISSÃO EXECUTIVA

SÚMULA: "Dá nova redação ao Título 4.º, da Emenda à Constituição — Capítulo Único — Da Elaboração, do Regimento Interno".

P A R E C E R

1) A Proposição ora em exame, de autoria da douta Comissão Executiva, visa dar nova redação ao Título 4.º — Da Emenda à Constituição — Capítulo Único — Da Elaboração, do Regimento Interno.

2) A mesma visa a adequação do Regimento Interno às exigências da Constituição Estadual de 1970, na parte que estabelece o rito de reforma da referida Carta Magna.

3) Assim, pois, pelos seus próprios fundamentos, somos pela aprovação do Projeto de Resolução em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1.971.

aa) Wilson Brandão — Presidente, Gilberto Carvalho — Relator, Emílio Carazzai, Acyr José, Cândido Manoel Martins de Oliveira, Igo Losso, Sebastião Rodrigues com restrições, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Gilberto Carvalho, Odilon Reinhardt e Muggiati Filho, com restrições

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 164-70, de autoria do Dep. Abrahão Miguel, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a "Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia", com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. Em Regime de Urgência. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 164-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — É considerada de Utilidade Pública a Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia, com sede em Curitiba.

Parágrafo — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de julho de 1.970.

a) Abrahão Miguel

JUSTIFICATIVA:

A Associação de que trata o presente Projeto de Lei, é mantida por ponderável grupo de senhoras da sociedade curitibana e suas finalidades têm alcançado êxito, mercê de uma orientação imprimida por seus diretores, que

não percebem remuneração e seus objetivos e metas especificados nos seus Estatutos, (documento acostado), merecem a proteção do Poder Público.

Espera o proponente a compreensão dos nobres pares com a aprovação deste plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N. 164-70

1) O projeto em exame vem articulado e justificado, nos termos previstos pelo Regimento Interno.

2) O respectivo processo está devidamente instruído com a certidão do cartório das Pessoas Jurídicas, bem como os competentes estatutos da Entidade que se pretende declarar de utilidade pública.

3) A iniciativa, por sua própria natureza, é daquelas que não fere qualquer preceito de ordem constitucional, ou de ordem legal.

4) Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

Assim sendo, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1.971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente, **Odilon Reinhardt** — Relator, **Cândido Manoel Martins de Oliveira**, **Acyr José**, **Muggiati Filho** e uma assinatura ilegível.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 49-71, oriundo da Mensagem Governamental n. 7-71, a fim de que o Governo do Estado ofereça em caução ações da Petrobrás de propriedade do Estado do Paraná, como garantia em operação de crédito a ser realizada com instituições financeiras. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., Em Regime de Urgência.

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 7-71

PROJETO DE LEI N. 49-71

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa a necessária autorização legislativa para oferecer em caução ações a PETROBRÁS — Petróleo do Brasil S.A., de propriedade do Estado do Paraná, como garantia de operação de crédito que este Governo pretende realizar com instituições financeiras.

2. É do conhecimento dessa Egrégia Casa de Lei que o erário do Estado do Paraná não tem condições de suportar neste momento, sem recorrer a outras fontes de receita, todos os compromissos assumidos, os quais, na sua maioria, estão sendo saldados com relativo atraso.

3. Visando a normalização de tais obrigações, admite-se como indispensável a efetivação de operação de crédito com instituições financeiras, a fim de que se proceda, em caráter prioritário, a atualização do pagamento do funcionalismo assim como de outros encargos da Administração do Estado.

4. Certo de que essa Egrégia Assembléia Legislativa, compreendendo o elevado propósito da medida solicitada, dará o seu necessário apoio e aprovação, reitero a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração.

a) **HAROLDO LEON PERES** — Governador do Estado

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1.971

aa) **Muggiati Filho** — Presidente em exercício, **Igo Losso** — Relator, **Arthur de Souza**, **Gilberto Carvalho**, **Emílio Carazzai**, **Acyr José**

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 49-71

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a oferecer em caução ações da PETROBRÁS — Petróleo do Brasil S.A., com garantia de operação de crédito".

P A R E C E R

1) A iniciativa de autoria do Poder Executivo recebeu, na douta Comissão de Constituição e Justiça, parecer favorável, o qual apreciou quanto aos aspectos da constitucionalidade, legalidade e oportunidade.

2) Quanto ao mérito que a esta Comissão cabe examinar, é de se reconhecer o acerto da medida, pois a mesma visa a realização de operação de crédito com instituições financeiras, com o fim de captar recursos necessários para pagamento de pessoal e outros encargos da Administração.

Por outro lado, é bom que se ressalte que na atual conjuntura não se oferece ao Estado uma outra possibilidade de carrear para seus cofres, de imediato, o numerário para atender as necessidades já apontadas.

3) Em face de tais razões, somos pela aprovação do Projeto em tela.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1971

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente, Paulo Poli — Relator, Maurício Fruct

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer em caução ações da PETROBRAS — Petróleo do Brasil S.A., de propriedade do Estado do Paraná, como garantia de operação de crédito a ser realizada com instituições financeiras, nos limites previstos na Lei de Meios vigente e para aplicação em pagamento de pessoal e outros encargos da Administração.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o disposto no Artigo 2.º da Lei n. 4.423, de 6 de setembro de 1.961.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 49-71

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a oferecer em caução ações da PETROBRAS — Petróleo do Brasil S.A., como garantia de operação de crédito".

P A R E C E R

1) O Projeto em exame, de autoria do Poder Executivo, objetiva lhe seja concedido autorização para oferecer em caução ações da PETROBRAS — Petróleo do Brasil S.A., de propriedade do Estado, como garantia de operação de crédito a ser realizada com instituições financeiras.

2) Referido Projeto vem articulado e devidamente justificado no ofício de 26 de abril corrente, estando, pois, em concordância com disposição do Regimento Interno.

3) A iniciativa não apresenta qualquer óbice, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade é evidente, tendo em vista as ponderações constantes do supra referido ofício.

É o parecer

a) Em face do exposto, somos pela sua aprovação.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Peço a palavra para discutir, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Estamos diante da Proposição do Governo e congratulo-me com o Governo por isso, pois depois de sessenta dias temos aqui na Assembléia a primeira solicitação de participação deste Governo, no sentido da derramagem do Governo que, até então estava preso na organização de seus quadros.

O Executivo solicita, através do Projeto 49-71, a autorização para oferecer em caução ações da Petrobrás de propriedade do Estado do Paraná,

com garantia em operação de crédito a ser realizada com instituições financeiras.

Srs. Deputados, vamos votar esta medida e com urgência. A bancada do MDB se declara favorável a este projeto porque só assim possibilitaremos ao Governo do Estado condições de dotar a máquina governamental.

Entretanto, faço, nesta oportunidade, uma objeção que me parece razoável e objetiva. Esta objeção é no sentido de que determine a aplicação dos recursos oriundos desta operação de crédito. Ora se o Governo solicita autorização para uma operação de crédito é importante e necessário que os representantes do povo dêem condições dos funcionários para adquirir bens de consumo e que estão em atraso há alguns meses em condições precaríssimas, então, aqui vai o meu apêlo ao ilustre líder do Governo para que se realize esta operação de crédito que, aliás nós já havíamos sugerido ao Governo que a praticasse como medida de solução para este grande problema.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Nivaldo Krüger, quero, em nome da liderança do Governo nesta Casa, agradecer o apoio que a bancada do M.D.B. dá a esta mensagem governamental, mas quero, ao mesmo tempo reafirmar mais uma vez a V. Exa. e a toda esta Casa que é este o único propósito de S. Exa. o sr. governador Haroldo Leon Peres ao propor esta operação de crédito caucionando as ações da Petrobrás, conseguir recursos para por em dia definitivamente os vencimentos atrasados do funcionalismo público. V. Exa. melhor do que qualquer um de nós, conhece o drama que vive o funcionalismo do nosso Estado.

V. Exa. que é do interior, como eu mesmo, e que tem vivido junto, há de compreender como compreendeu bem, através da sua manifestação, representando a sua bancada nesta tribuna.

De modo que agradeço e posso garantir a V. Exa. e a sua bancada que é este o propósito e o fim específico desta operação de crédito. É por em dia o funcionalismo público, esta classe que vem sofrendo através de muitos meses por seus minguados vencimentos em atraso. De modo que V. Exa. pode estar tranquilo e pode tranquilizar, não só a sua bancada como todo o funcionalismo público. Esta é a missão precípua do Governador quando propôs à Casa esta Mensagem é para por em dia os vencimentos do funcionalismo público.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o esclarecimento que V. Exa. presta à Casa neste instante e congratulo-me com V. Exa.

O sr. Alvaro Dias — Nobre Deputado, Líder de nossa bancada, há pouco tempo, quando criticávamos o atraso do pagamento de vencimentos ao funcionalismo público do nosso Estado, dissemos desta tribuna que esta Casa estaria pronta a apoiar medida de S. Exa. o Chefe do Executivo Estadual, no sentido de se fazer uma operação de crédito, um empréstimo, com a finalidade de colocar um final neste drama vivido pelo funcionalismo do nosso Estado e hoje, com muita satisfação, ouvindo o aparte do nobre Líder da Arena, vemos que esta Casa dá a sua contribuição aprovando esta Mensagem Governamental, no sentido de que se realize uma operação de crédito para pagamento ao funcionalismo público do Estado nos seus vencimentos em atraso.

Desta forma, faço também minhas as palavras do nosso líder que ocupa a tribuna neste instante, dando total apoio a esta medida que por certo, virá de encontro os anseios do funcionalismo público do Estado, que quer ver os seus salários colocados em ordem. Era o aparte.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte do nobre deputado Alvaro Dias, que muito contribuiu para o engrandecimento de todas estas questões.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Líder, a posição que nosso partido está assumindo como V. Exa. já frisou, e outros pares, vem mostrar que esta pequena bancada do MDB composta de nove srs. deputados, não veio para a Assembléia Legislativa apenas com o propósito de fazer oposição a tudo e contra todos. Nós aqui estamos, para criticar, para negar aquilo que entendemos que não seja do interesse do povo.

Essa posição em relação a este projeto de lei, vem afirmar mais uma vez, o comportamento dos 8 parlamentares liderados por V. Exa. O MDB, haverá de permanecer sempre nesta Casa, como fiscalizador em nome do povo. Apoiando o Governo naquilo que for bom para o povo, e negando aquilo que entendemos, não seja do interesse do povo. Era o aparte.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa. que completou o meu pensamento a respeito desta posição.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, honestamente, precisamos ressaltar, que neste um mês de atividades da Assembléia Legislativa, a bancada do MDB, se situou numa linha de ação intensa.

Os seus Deputados, os seus integrantes de bancada, todos os dias têm ido à tribuna discutir seus problemas. Evidentemente, com o propósito de criticar, de colaborar num sentido de pressionar a nossa vida legislativa e a vida pública do Estado. Mas eu não posso deixar de me recordar, srs. Deputados, dos vários apelos e críticas feitas pela bancada do MDB em relação ao problema dos funcionários públicos, mas preciso também ressaltar as palavras proferidas pelo líder de nossa bancada, deputado João Mansur, que certa vez, deixou bem claro, o problema do atraso dos vencimentos dos funcionários públicos de nosso Estado. O que mais incomodava ao sr. Governador é que ele Governador, também estivesse sofrendo mais que todos nós, porque ele deveria ter procurado uma saída para o problema e para a situação financeira, o que é difícil.

Procurou-se o caucionamento da PETROBRAS; o fim que se quer alcançar, os recursos que se vão buscar na esfera federal, têm destinação específica, é para colocar em dia os vencimentos, e para que nenhum funcionário mais, sofra este problema de atraso.

Dai porque, não posso deixar de neste aparte, felicitar a atuação da bancada do MDB porque afinal de contas, todos nós temos obrigação e um compromisso, com o nosso funcionalismo. Era o aparte.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço, nobre Deputado e sensibilizou-me sobremaneira, como V. Exa. abordou a questão.

Tem o aparte o nobre deputado Igo Losso.

O sr. Igo Losso — Nobre Deputado, estou ouvindo com atenção, a exposição que V. Exa. faz, e quero também me congratular com V. Exa., e com os nobres companheiros do MDB, pela maneira objetiva e real com que estão encarando o problema.

Recordo-me que, há dias atrás, um dos membros do MDB havia dito que se fôsse necessário, estaria disposta a mesma bancada, a votar favoravelmente uma autorização para que o Governo do Estado fizesse um empréstimo e assim atualizasse o problema financeiro do Estado.

E a mensagem de S. Exa. o sr. Governador, como diz o item 3.º, é bem clara, diz que visando a normalização de tais obrigações admite-se como indispensável a efetivação de operações de crédito com institutos financeiros, a fim de que se proceda em caráter prioritário, a atualização do pagamento do funcionalismo, assim como outros encargos da administração do Estado.

Nobre Deputado, esse mesmo processo que o atual governador Haroldo Leon Peres está usando de complementação, ou de oferta de ações da PETROBRAS, como caução de empréstimo já foi adotado no governo Ney Braga.

E inclusive, naquela oportunidade, o autor do projeto autorizando a en-

tregar as ações e cauções foi o ex-Deputado Léo de Almeida Neves. Fui relator da matéria e tive o cuidado de a estudar com bastante atenção.

De forma que nós podemos observar que há um interesse comum na solução deste problema.

Portanto, quero congratular-me com V. Exa. e com a bancada do MDB e fazer votos de que esta importância que agora será levantada por caução das ações da PETROBRAS, possa solucionar, efetivamente, o problema funcional e a situação financeira do Estado que, como sabe V. Exa., e todos sabemos, encontra-se um tanto debilitada, neste início de Governo.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, pedi o aparte para dizer apenas que vamos estudar com V. Exa. e demais companheiros esta mensagem. E por ocasião da 2a. discussão, traremos uma emenda que se for constitucional deverá ser apreciada, dizendo que estas ações ficarão caucionadas pelo preço da cotação do dia, na Bolsa de Valores, do Rio de Janeiro, ou de São Paulo, se esses empréstimos eventualmente forem feitos em outras instituições que não sejam oficiais.

Entendemos que serão, naturalmente, operações feitas junto às instituições federais. Mas estaremos condicionando por esta emenda, que se forem feitas em instituições particulares o preço seja o em vigor, no dia da Bolsa de Valores de São Paulo ou do Rio de Janeiro.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte de V. Exa.. E, continuando nestas considerações para encerrar a minha palavra, requeiro a dispensa de todos os prazos de interstício para tramitação deste projeto. E mesmo assim, faço uma sugestão, se me permitido for, que o sr. Governador do Estado, através dos órgãos competentes vá negociar o empréstimo enquanto, paralelamente, tramita esta lei. Pois, certamente, ela terá a aprovação da Casa.

Assim, sr. Presidente, srs. Deputados, queremos caracterizar, mais uma vez, a nossa honestidade de propósitos, no sentido de que não nos coloquemos, nesta Assembléia, perante o Paraná, como uma bancada do contra, como uma bancada "anti", e sim uma bancada em busca, com todos os srs. Deputados, da melhor forma para a administração de nosso Estado.

Era só, sr. Presidente — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Projeto de Lei n. 49-71. Em votação. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Ovídio Franzoni, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao titular da Secretaria de Viação e Obras Públicas, no sentido de incluir no plano prioritário de obras, a conclusão do Colégio Estadual de Cianorte. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo 60.o aniversário de fundação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando seja enviado ofício ao sr. Presidente da República, apelando para que venha a ser indicado um nome vinculado à economia paranaense para o preenchimento da Diretoria da 6.a Região da Carteira de Crédito Geral e Rural do Banco do Brasil S.A.. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando justificativa de suas faltas, às sessões dos dias 19 e 26. — Ao sr. 1.o Secretário para os devidos fins.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 3, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

Redação Final — dos Projetos de Lei ns. 183-69, 271-69;

2a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 164-70, 49-71 e Projeto de Resolução n. 4-71.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 48-71.

Levanta-se a sessão.